

A quase totalidade do material pirotécnico é importado para responder a uma tradição...perigosa

Potes, foguetes, borboletas, beijinhos, ratinhos, estalinhos, estrelinhas, baterias, aviões, dragões, rodas manhosas. Este tipo de material pirotécnico faz parte desta quadra natalícia. Há quem gaste pequenas fortunas na sua compra.



VENDA É LEGAL NAS LOJAS DE FOGO.

No Natal o negócio das bombas «é pior do que a droga»

Não chegam a uma dezena as lojas habilitadas para vender bombas de arremesso na Região, mas esses "brinquedos" pirotécnicos são vendidos aos milhares na clandestinidade

Ricardo Duarte Freitas
rfreitas@noticias.pt

Toneladas de bombas de arremesso são comercializadas na clandestinidade por dezenas de lojas. A maior parte dos artefactos explosivos entram na Região a bordo dos navios, misturados com as cargas explosivas pirotécnicas que se destinam ao espectáculo de fim-de-ano e que, por sua vez, são distribuídos em grosso, pelos transitários, escondidos em contentores e dissimulados nas câmaras frigoríficas.

Mas também há «laboratórios caseiros» a produzir fogo-de-artifício em garagens privadas, num clima de grande discricção e ignorando as normas de segurança. De resto, todo o circuito de distribuição segue o modelo do tráfico de droga, sendo os intermediários «correios»

da pólvora. Por isso, é que o responsável da PSP pelo Núcleo de Armas e Explosivos (NAE), chefe João Gonçalves Pita, conclui que, na actual quadra natalícia, o negócio das bombas «é pior do que a droga».

Lembrando que as crianças são as principais vítimas de acidentes com bombas, a PSP-Madeira pede à comunidade «coragem para denunciar» os casos de ilegalidade. Segundo o responsável pelo NAE da PSP - entidade com competência para fiscalizar a produção, venda e manuseamento ilegais de artefactos explosivos -, conseguir detectar os flagrantes delitos em lojas ou descobrir a zona de implantação das tais fábricas domésticas de pirotecnia «é uma questão de sorte». Primeiro, porque há muita gente a dar cobertura aos que infringem a lei, de-

pois, porque há uma legião de «bombistas» seguidores do apanágio - quanto mais forte melhor.

Desde o início do ano, nem chegou a uma dezena o número de estabelecimentos comerciais que foram certificados para vender as bombas de arremesso, onde se incluem todos os «brinquedos» pirotécnicos com menos de 2 gramas de substância explosiva, entre os quais, as vulgares «chinesas», os «ratinhos» ou as bombas com pavio de linha verde e com a inscrição «TNT».

Não sendo tão forte como as bombas de rastilho (onde se incluem as de «garrafa»), este grupo de bombas tem menor carga explosiva, mas se for detonado nas mãos de uma criança pode causar-lhe um estigma para toda a vida.

Segundo o responsável pelo NAE, «todas as bombas de arremesso são proibidas». Para os consumidores, ser maior de idade é a única condição exigida para adquirir este grupo de «brinquedos» pirotécnicos, mas já no que diz respeito à compra dos foguetes de arremesso, é necessária uma licença especial emitida pelo Comando Regional da PSP. Uma lei anterior à idade da democracia - decreto-lei 521/71, de 24 de Novembro - estabelece que «o lançamento de «bombas de arremesso» por indivíduos não habilitados com autorização, ou fora dos locais e fins nela constantes, constitui contra-ordenação».

Sobre se têm sido elaborados muitos processos de contra-ordenação por produção, posse ou manuseio ilegal de bombas, o porta-voz do Comando Regional da PSP, comissário Gualter Gomes, respondeu que «têm sido levantados alguns autos».

É a legião de apologistas das bombas «quanto mais fortes melhor» que dá cobertura à clandestinidade do negócio.



Ainda que tenham sido feitas importantes apreensões de material pirotécnico, os meios de fiscalização são redutíveis para tanta «tradição» e negócio com bombas.

Bombas nas escolas dá expulsão por 5 anos

A lei pune a introdução de bombas de arremesso em recintos escolares. Assim, quem levar ou for apanhado a lançar estes «brinquedos» dentro da es-

cola, habilita-se a ser suspenso por um período máximo de 5 anos. As punições através de suspensão temporária estendem-se também aos estádios, onde a in-

trodução de artefactos explosivos como os «verylights» é interdita, assim como em recintos religiosos ou durante manifestações religiosas.



Venda ilegal de material pirotécnico dá mínimo de 2.500 €

Os estabelecimentos que, clandestinamente, comercializam este tipo de produto fazem-no geralmente «debaixo do balcão»

Ricardo Duarte Freitas
rfreitas@noticias.pt

A lei é particularmente rigorosa para os comerciantes. Para estarem legalmente aptos a comercializar todo e qualquer artefacto pirotécnico desde os «ratinhos» até ao fogo-de-artifício, as lojas têm que estar habilitadas com a carta de estaqueiro - que é autorizada por Lisboa, através do Comando Regio-

nal da PSP, e tem validade por um ano.

A carta de estaqueiro é assim uma garantia que pode ser exigida pelos consumidores para se certificarem de que os produtos estão a ser legalmente comercializados. Além disso, o Regulamento Sobre o Comércio de Produtos Explosivos, aprovado pelo decreto-lei 474/88, de 22 de Dezembro, responsabiliza a loja quando vende fogo «pesado» a indivi-

duos não habilitados: «Quando se verifique a venda de bombas de arremesso por parte de qualquer estabelecimento, ainda que habilitado com carta de estaqueiro, a indivíduos não portadores de autorização de aquisição e lançamento, verifica-se infracção ao n.º 6 do artigo 22.º».

Os prevaricadores apanhados em flagrante habilitam-se a pagar uma coima cujo valor mínimo está fixa-

do em 250 euros, para pessoa individual, e 2.500 euros, para pessoa colectiva, dependendo do peso total do material apreendido.

Segundo o chefe João Gonçalves Pita, os estabelecimentos que comercializam este tipo de produto fazem-no geralmente «debaixo do balcão», sendo «a maioria fora do Funchal». Nos últimos anos já foram apreendidas centenas de quilos em material pirotécnico escondido em estabelecimentos comerciais e armazéns particulares na Calheta, Ribeira Brava, Santa Cruz, Câmara de Lobos ou no Curral das Feiras. Não obstante o empenhamento da investigação criminal, os meios de fiscalização disponíveis tornam-se redutíveis quando se sabe que o número de indivíduos que vendem e rebentam bombas cresce como cogumelos numa altura propensa à tradição e ao negócio.